Bruxelas, 1 de Outubro de 1997

Intervenção
do deputado ***Sérgio Ribeiro*** (PCP-CEUE/EVN)

no debate sobre "uma nova dinâmica nas relações entre a UE e a ASEAN" (***Hindley***)

Afirma-se, na explicação de motivos do relatório da comissão de Relações Económicas Externas que a ASEAN foi concebida como uma aliança contra o comunismo. Muito meritório desígnio, pensarão alguns. E estão no seu direito. Teriam, no entanto, a obrigação de não esquecer os genocídios que tal batalha já provocou por essas paragens, na Indonésia, por exemplo, antes mesmo de existir a ASEAN.

Mas a REX, sendo a comissão de fundo, preocupa-se mais com o reforço das relações com o "importante interlocutor económico" (cito). Por isso, a sua proposta procura contribuir para desbloquear o impasse provocado pela oposição de Portugal ao acordo de 3a. geração. E fá-lo sem sequer referir o bloqueio e suas causas, torneando o problema através de opções possíveis para uma nova dinâmica, com protocolos anexos ao acordo de 80, parcerias activas ou outros estratagemas, afirmando, com excelentes intenções, a necessidade de salvaguardar a preservação ambiental e cultural (onde se julga incluir a língua portuguesa e outras manifestações de um passado histórico em Timor...), no ponto 13, e sublinhando, com idênticas excelentes intenções, a importância da observância do princípio da condicionalidade do respeito pelos direitos humanos (ponto 16).

Já o parecer da comissão de Assuntos Externos é mais político. Refere-se explicitamente ao bloqueio do acordo e vê a saída da situação na solicitação a Portugal para que retire a sua objecção, com o argumento de que assim se criará uma base jurídica para a protecção dos direitos humanos em Timor-Leste. No entanto, nada solicita à Indonésia que prossegue uma ocupação militar há mais de 20 anos embora o parecer, honra lhe seja, apele aos Estados-membros para que respeitem a resolução do Parlamento quanto à venda de armas à Indonésia.

Por isso, este debate parece um exercício de malabarismo político, que esquece a invasão e ocupação militar de um território por descolonizar, que ignora o genocídio cultural e físico de um povo, que desconhece as decisões das Nações Unidas que exigem o respeito concreto pelo direito à autodeterminação, que tudo reduz a protecção de direitos humanos, na tácita aceitação do que esquece, do que ignora, do que desconhece, como se Timor fosse parte integrante da Indonésia. Ponto final.

Em nome da economia, dos negócios, procuram-se saídas para situações incómodas. Mas não contem com o nosso silêncio cúmplice! Porque há uma invasão e ocupação militar, porque há um genocídio cultural e físico, porque há o desrespeito pelo direito à autodeterminação de um povo.